

## **Associação Aurora para uma Economia de Comunhão**

Parc d'Arny  
91 680 Bruyères le Châtel

17 Fevereiro 2009

Monsieur Nicolas Sarkozy  
Presidente da República  
Palais de l'Elysee  
75 008 Paris

Senhor Presidente,

No seu discurso aos franceses a 5 Fevereiro, ilustrou a sua preferência pela distribuição dos lucros das empresas, em conformidade com a regra dos três terços: um terço para os accionistas, um terço para os empregados e um terço para investimento.

A formulação desta distribuição dos lucros das empresas, em conformidade com a regra dos três terços leva-nos a falar-lhe sobre a Economia de Comunhão, que também propõe uma repartição de lucros em três terços, embora de formas diferentes: um terço para a solidariedade, um terço para difundir uma cultura empresarial ao serviço do homem e um terço para empresa a desenvolver e criar empregos.

A Economia De Comunhão, surgiu em 1991, por iniciativa de Chiara Lubich (galardoada com o Prémio de Direitos Humanos do Conselho da Europa em 1998) e conta com 800 empresários de todo o mundo. Ressaltamos que esta proposta atrai fortemente a atenção dos economistas que vêem como uma chave para a concepção individualista que prevalece hoje em dia, na vida económica.

O que aproxima a sua proposta à da Economia de Comunhão é, de facto, a finalidade:

- Quando o senhor Presidente propõe a regra dos três terços, pretende limitar a 'escalada de benefícios' para os accionistas, e levá-los a reinvestir na empresa para criar riqueza para a sociedade no seu todo;
- Quando A Economia de Comunhão propõe a partilha com os mais pobres e promover uma cultura empresarial ao serviço do homem, é também de forma a criar riqueza para a sociedade como um todo, começando pelas pessoas mais desfavorecidas, incentivando os empresários a manter relações de confiança com os seus empregados e fornecedores e dando aos pobres os meios para se tornarem autónomos e até eles próprios se tornarem empresários.

As empresas francesas que põem em prática a Economia de Comunhão são PME's. Mas o espírito desta iniciativa também pode inspirar grandes empresas. Isto foi afirmado por Emmanuel Faber, co-director de operações da Danone, na Conferência sobre a Economia de Comunhão, realizada em 2 de Fevereiro de 2008 na UNESCO, em Paris: A administração da

Danone acredita que o objectivo da empresa é não só económica, mas também social, e, com efeito, aplicou esse princípio no Bangladesh, através da sua parceria com o Banco Grameen do Sr. Yunus (Prémio Nobel da Paz).

A Danone e o Banco Grameen investiram, em conjunto, (com um retorno do investimento em três anos) em micro-fábricas que dão trabalho aos mais necessitados e produzem iogurtes que são vendidos a preços acessíveis para as pessoas com um poder de compra muito baixo.

Por isso, gostaríamos de chamar a atenção de V. Exa. para uma possível ampliação do âmbito da proposta que dirigiu aos franceses: - superar a proposta de distribuição e incitar a gestão dos benefícios para uma maior ousadia criativa e uma maior atenção para com a finalidade social das empresas.

Muito concretamente, isto poderia traduzir-se, por exemplo, em:

- Incentivar iniciativas como as "empresas sociais", de que fala o Sr. Yunus: empresas economicamente fortes, mas cuja finalidade principal é a sua utilidade social, aceitando os seus accionistas receberem uma remuneração menor. Este tipo de empresas seria especialmente útil nas zonas mais atingidas pelo desemprego. Também deveriam ser encorajados a reinvestir, em actividades deste tipo, os dividendos recebidos pelos accionistas, beneficiando estes de isenção de imposto sobre o rendimento.
- Promover a participação dos empregados nos projectos de criação de novas empresas que dêem trabalho aos mais pobres, ou que criem produtos ou serviços para eles. É o que já estão a fazer alguns empresários da economia de comunhão ou da Associação Ashoka, que interliga os empreendedores sociais de associação com os empresários tradicionais.
- Promover a criação de emprego social para os mais necessitados, através do lançamento de novas actividades económicas. Somos de parecer que se deveria tomar em consideração a isenção de encargos sociais para este tipo de empregos que ajudam a reduzir os custos do desemprego, bem como incentivos fiscais para as empresas tradicionais que os financiem. Seria necessário facilitar a criação de auto-emprego, inclusive para os mais necessitados. A tendência para o auto-emprego caminha já neste sentido.
- Incentivar, através da dedução dos custos correspondentes, a criação de 'joint-ventures' entre empresas tradicionais e criadores de actividades económicas, especialmente dirigidas para pessoas com dificuldades, permitindo-lhes beneficiar da sua experiência e dos fundos necessários para criar essas mesmas actividades.

Esperando que esta carta possa contribuir para uma ampla reflexão, que o seu discurso suscitou sobre a distribuição dos lucros das empresas, com a preocupação pelas pessoas mais desfavorecidas, enviamos a V. Exa., Sr. Presidente, as nossas mais cordiais saudações.

**José et Chantal Grevin**

*Coordinateurs de l'Economie de communion  
en France pour le Mouvement des Focolari*

**Thierry des Lauriers**

*Directeur Général délégué Sustainable,  
conseil des équipes dirigeantes.  
Président-fondateur Ingénieurs Sans Frontières  
Délégué des Semeurs de Communion*

**Chantal Sibué De Caigny**

*Présidente de l'Association Aurore pour une Economie de communion,  
affiliée à l'ONG New Humanity (ECOSOC 1 à l'ONU et accréditée à l'UNESCO)*